

(*) *Francisca Rejane Bezerra Andrade* é Profa. Dra. do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPES) e do Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho (JEPTRA). @ - rejanemarkert@yahoo.com.br *Marcelo Parreira do Amaral* é professor da Goethe Universität Frankfurt am Main, UNI-FRANKFURT, Alemanha, mestre em Educação e American Studies pela Goethe Universität Frankfurt am Main e Doutor em Ciências Sociais pela Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha. @ - parreira@em.um.frankfurt.de

Educação e Trabalho no Século XXI:

as condições sociais dos jovens no processo de transição escola-emprego na Alemanha e no Brasil(**)

Education and Work in the 21st Century - social conditions of youths in the school-job transition process in Germany and in Brazil

Francisca Rejane Bezerra Andrade*
Marcelo Parreira do Amaral*

RESUMO: O atual contexto da educação, do trabalho e do emprego, e especificamente das possibilidades de emprego da população jovem alemã e brasileira, resultam de um conjunto de mudanças no mundo do trabalho que vieram acompanhadas por avanços científico-tecnológicos e por um novo desenho ideológico-político mundial, difundido por um discurso sobre a sociedade e a economia baseadas no conhecimento (*knowledge-based society/economy*). Essa realidade desencadeou um quadro sociopolítico e econômico mundial substitutivo aos anos dourados (1940 – 1960). O desemprego e a precarização do trabalho passam a compor a nova realidade da estrutura produtiva mundial, acrescida do baixo dinamismo da produção e da forte oscilação no nível de atividade econômica mundial. Nessa conjuntura, as taxas de desemprego mundial da população jovem mostram-se mais sensíveis que as taxas de adultos, contribuindo para o entendimento de que a inserção dos jovens no mercado de trabalho torna-se um desafio e um elemento central para as nações. É a partir da compreensão dessa realidade que o presente artigo apresenta uma análise das atuais condições dos jovens no processo de transição escola-emprego no Brasil e na Alemanha, identificando os principais elementos constitutivos desse processo.

Palavras-chave:
Juventude,
Educação, Trabalho,
Brasil, Alemanha.

I ntrodução

As transformações estruturais no sistema capitalista mundial e a atual redefinição das sociedades modernas (*late modern society*) como ‘sociedades do conhecimento’ ou como ‘economias baseadas no conhecimento’

(**)Atualmente Marcelo Parreira Amaral é pesquisador e membro da coordenação do projeto de pesquisa ‘Governance of Educational Trajectories in Europe’ (GOETE),

determinaram significativas mudanças socioeconômicas e políticas globais, afetando diretamente os sistemas de bem-estar social e do trabalho e, conseqüentemente, os sistemas educacionais e a classe trabalhadora mundial, em que pese às distintas trajetórias das relações de trabalho presentes nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Foi a partir da análise deste contexto que pesquisas sociológicas apontaram para uma desestandardização da biografia ‘normal’¹. Em particular, este é um resultado de pesquisas centradas na perspectiva do ciclo de vida (*life course*). ‘*Life course*’ é coloquialmente entendido como a documentação dos vários estágios através dos quais indivíduos passam ao longo de suas vidas, especialmente de fases institucionalizadas, como escola, formação profissional, serviço militar, trabalho, etc. A pesquisa sociológica do ciclo de vida define de forma análoga ‘*life course*’ “como uma instituição social [...] no sentido de um sistema de regras que ordena uma área ou dimensão central da vida” (KOHLLI, 1985, p. 1)². No contexto atual, entretanto, no qual as transições ao longo do ciclo de vida aumentam, noções de normalidade do ciclo de vida se tornam cada vez mais fictícias. Por exemplo, Ulrich Beck (1992) vê a desestandardização como decorrente do fato de que biografias de trabalho não são mais vistas como uma sucessão fixa de fases, bem como a partir de uma insegurança geral das carreiras profissionais. Por conseguinte, Heinz (2001) identifica sua causa na crescente generalização de períodos alternados de emprego/desemprego. Esta tendência tem a ver com o fato de que cada vez mais rápido novas tecnologias transformam o mundo do trabalho e, por conseqüência, geram novas demandas para o campo da educação.

Enfim, os efeitos dessas tendências gerais para as carreiras educacionais e laborais para a juventude não podem ser subestimadas, pois o recuo dos sistemas de segurança social e a flexibilização do mercado de trabalho introduziram fortes elementos de incerteza na vida dos indivíduos. Estas transformações estruturais na sociedade aumentaram as dificuldades de inserção dos jovens como membros plenos em suas comunidades. Em particular, destaque-se um aspecto central que se refere às transições dos jovens para a idade adulta e da escola para o trabalho, que são substancialmente afetadas pelos atuais processos de desestandardização, individualização e fragmentação. Nessa direção, Pochmann (2003, p. 55) infere que:

O jovem que ingressa na população economicamente ativa encontra-se em grande medida já excluído do acesso ao emprego e à renda, apesar de possuir níveis de instrução mais elevados que no passado. Paradoxalmente, o problema do jovem surge quando a sua participação

financiado pela União Européia. Parte do material utilizado neste artigo deriva deste projeto, ao qual os autores agradecem pelo acesso.

1 Historicamente, o ciclo de vida está ligado ao processo de individualização social na era moderna e, conseqüentemente, também aos processos da Reforma, do Iluminismo, da Revolução francesa e da industrialização. Além disso, a institucionalização do ciclo de vida está ligada ao desenvolvimento de sistemas de previdência social e educação no contexto dos Estados-Nação modernos. Como resultado de uma longa história social e cultural – também de práticas disciplinares e discursos tipificantes, o ciclo de vida foi cada vez mais ‘normalizado’ e ligado à ideia de um ciclo de vida e biografia ‘normal’.

2 Para uma visão geral da pesquisa ‘*life course*’ ver: HEINZ (2009), ver também: STAUBER/WALTHER (2006).

na força de trabalho, ainda que expressiva, começa a decrescer de forma paulatina, tal a incapacidade de se promover o crescimento econômico sustentado e de se elevar o nível de investimento e de emprego.

Com vistas a contribuir com os debates, o presente texto apresenta uma discussão sobre a educação e o trabalho no mundo atual, direcionado as análises para as condições sociais dos jovens no processo de transição escola-emprego na Alemanha e no Brasil. Uma visão comparativa se justifica pelo fato de que esta diversificação e incerteza biográfica relacionada com o processo de desstandardização desenvolve-se para além do repertório interpretativo de culturas nacionais, implicando, portanto, a necessidade de uma perspectiva comparativa de investigação (WALTHER, 2011). Para tanto, realiza-se uma breve discussão sobre as transformações sociopolíticas e econômicas no mundo a partir dos anos de 1970, apontando as implicações desse processo para as políticas públicas de educação e de trabalho. Em seguida, apresenta-se um panorama atual da educação e do trabalho no Brasil e na Alemanha, e se discute as condições sociais da juventude nos dois países. Posteriormente se faz uma análise comparada das políticas públicas de educação e trabalho com foco na transição de jovens da escola para o trabalho nos países em foco. Para finalizar, algumas considerações são pontuadas com vistas a contribuir para os debates em torno da temática da transição escola-trabalho para a juventude.

Transformações socioeconômicas e políticas no mundo: perspectivas para a educação e o trabalho no Século XXI

Nas ciências sociais, as transformações globais nas esferas social, econômica e política têm sido discutidas nos últimos anos a partir da análise das categorias ‘globalização’, ‘internacionalização’ e ‘supranacionalização’.

De forma geral, a globalização é referenciada a processos de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais mundiais com especificidades macroestruturais. Todavia, a tentativa de compreender esse fenômeno privilegia as mudanças na economia global (flexibilização do mercado de trabalho, abertura do comércio, capital transnacional, etc.) em detrimento dos demais processos. Sobre essa problemática Gugliano destaca que:

No entanto, esse fenômeno econômico só é possível a partir de determinadas condições políticas e culturais.

A crise dos Estados nacionais é o elemento central que possibilita a expansão da globalização, na medida em que os países vêm perdendo gradativamente o controle sobre suas próprias economias, o que facilita o predomínio das relações de mercado e fragiliza a situação dos governos frente às mudanças na esfera internacional e às pressões dos investidores multinacionais. (2000, p. 65).

Evidenciam-se ainda muitas discussões em torno da globalização e as implicações desse processo para o Estado, principalmente para o seu significado de ‘*contêiner*’ da nação. Argumenta-se que o Estado nacional da “idade de ouro” – período em que o *welfare state* e os sistemas taylorista e fordista ascenderam nos países desenvolvidos – tornou-se permeável (LEIBFRIED/ZÜRN, 2006, p. 23ff.; HURRELMANN et al., 2008); o resultado deste processo são reconfigurações econômicas, sociais e políticas nas sociedades modernas (MAU, 2007)³.

A reforma e reestruturação do Estado desencadeiam diversas medidas políticas e legislativas que impactam a administração pública e, particularmente, as políticas sociais. Inicia-se, portanto, um amplo processo onde o Estado passa a promover as políticas sociais em parceria com a sociedade civil. Observe-se ainda que:

[...] as políticas públicas desenvolvidas em um país e, especificamente, as políticas sociais no contexto da globalização são influenciadas frontalmente por esses dois campos: o global e o nacional. Está claro que existe uma relação de poder e de interesses no interior das políticas sociais cujas ações, delas advindas, encontram suas fontes nas desigualdades das relações sociais procedentes do mundo do trabalho. (ANDRADE; SANTOS, 2007, p. 86).

Esta nova realidade repercute na atuação do poder público sobre a educação e, mais ainda, sobre o processo de transição escola-trabalho de milhares de jovens no mundo. Nessa perspectiva, as políticas educacionais voltadas para a juventude, e principalmente para a juventude em situação de vulnerabilidade social, passam a apresentar um componente profissionalizante, com vistas a possibilitar o acesso e permanência do jovem ao mercado de trabalho.

Por conseguinte, importa referenciar que as medidas políticas e legislativas adotadas com a reforma do Estado, que afetaram a administração pública em geral, promoveram significativas mudanças na educação, pois como destaca Barroso:

3 A discussão da crise do Estado não deve, porém, obscurecer o fato de que alguns Estados desempenham um papel muito importante na difusão de processos globalizadores e não podem ser vistos somente como ‘vítimas’ da globalização.

[...] na educação, se promovem, se discutem e se aplicam medidas políticas e administrativas que vão, em geral, no sentido de alterar os modos de regulação dos poderes públicos no sistema escolar (muitas vezes com recurso a dispositivos de mercado), ou de substituir esses poderes públicos por entidades privadas, em muitos dos domínios que constituíam, até aí, um campo privilegiado da intervenção do Estado. Estas medidas tanto podem obedecer (e serem justificadas), de um ponto de vista mais técnico, em função de critérios de modernização, desburocratização e combate à ‘ineficiência’ do Estado (“*new public management*”) [...]. (2005, p. 726).

Em síntese, presencia-se a partir da segunda metade do século XX um amplo processo de mudança na estrutura das economias globais e dos Estados nacionais, ao passo em que ocorre uma reconfiguração do mercado de trabalho, a decadência do movimento sindical e dos benefícios sociais, desencadeando, dentre outros, uma grave situação de desemprego advinda da introdução do que Harvey (1992) denominou de acumulação flexível.

As implicações concretas destes processos para a educação e o trabalho são perceptíveis quando se observa que, com o intuito de cumprirem acordos internacionais, os Estados nacionais afirmam a necessidade de redução dos gastos públicos, principalmente no âmbito das políticas sociais conquistadas ao longo do século XX. Ao passo em que estes vivem em geral, uma de suas maiores crises estruturais, a crise do emprego, que tem favorecido a ampliação do quadro de desigualdade social, desemprego e precarização do trabalho, gerando uma massa de excluídos.

Os dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT mensuram essa dramática realidade mundial quando indicam que “em 2009, cerca de 630 milhões de trabalhadores – ou seja, 20,7% de toda a população activa – vivia com a sua família com apenas 1,25 dólares por dia – mais 40 milhões de trabalhadores pobres e mais 1,6 pontos percentuais do que as projeções baseadas nas tendências registadas antes da crise”. (OIT, 2011, n.p.).

Em termos de emprego para a juventude no mundo, a OIT destaca que: “O número de jovens desempregados no mundo inteiro em 2010 era de 78 milhões, situando-se muito acima do nível anterior à crise – 73,5 milhões em 2007 [...]. O desemprego no grupo etário dos 15 aos 24 anos era de 12,6% em 2010, ou seja, 2,6 vezes superior à taxa de desemprego dos adultos”. (idem). Afirmando ainda que: “A fraca recuperação do trabalho digno

confirma a incapacidade persistente da economia mundial para garantir a todos os jovens um futuro. Isto prejudica as famílias, a coesão social e a credibilidade das políticas”. (ibid).

É a partir do conhecimento das diversas dimensões que caracterizam o jovem na sociedade contemporânea atual, que organismos internacionais e Estados nacionais empreendem esforços no sentido de implementar ações que contribuam para a promoção da qualidade de vida e do trabalho da juventude. O que implica considerar, dentre outros, um entendimento sobre o que é a juventude; as questões que permeiam o mundo do trabalho na atualidade; a atuação dos órgãos públicos voltados para a inserção segura dos jovens nos diversos espaços da vida social; e a qualidade e as estratégias de avaliação dos serviços sociais destinados a essa clientela.

Panorama Juvenil: Educação, Emprego e Renda no Brasil

Em termos de Brasil de uma população residente de 190.755.799 (BRASIL/IBGE, 2011), o total de 18% é composta por jovens na faixa etária de 15 a 24 anos e 24,5% é formada de jovens na faixa etária de 25 a 39 anos. Neste universo identifica-se uma diversidade de raças, classes sociais, níveis de escolaridade, estratégias de inserção no mercado de trabalho, acesso à educação, à saúde, à habitação, à cultura e à tecnologia, independentemente da região que habitam e, ao mesmo tempo, quando há comparações regionais.

Por sua vez, em relação à taxa global de mortalidade da população brasileira observa-se, a partir de dados apresentados no *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil* (WAISELFISZ, 2011), que apesar de ter ocorrido uma redução na taxa de mortalidade da população em geral entre os anos de 1980 e 2004, a taxa de mortalidade juvenil se manteve praticamente inalterada ao longo do período, pois só teve um leve aumento, passando de 128, em 1980, para 133 a cada 100 mil jovens, em 2008.

Quando o referido estudo considera o tamanho da população, a taxa de homicídios entre os jovens passa de 30 (em 100 mil jovens), em 1980, para 52,9 no ano de 2008. Ao passo que a taxa na população não jovem permaneceu praticamente inalterada ao longo do período demarcado, indicando até mesmo uma leve queda: passou de 21,2 em 100 mil para 20,5 no final do período. Fato que leva à ponderação de que “os avanços da violência homicida no Brasil das últimas décadas tiveram como motor exclusivo e excludente a morte de jovens”. (WAISELFISZ, 2011, p.77).

Adentrando no campo educacional o Censo Demográfico 2010 informa que:

O País contava com 9,6% da população de 15 anos ou mais de idade analfabeta, o que corresponde a 13 933 173 pessoas que não sabiam ler ou escrever, sendo que 39,2% deste contingente era formado por pessoas de 60 anos ou mais de idade.

A análise do fenômeno do analfabetismo, por tamanho dos municípios, revela que o porte populacional tem influência na incidência de pessoas portadoras desta ausência de aprendizagem. Ao se associar o tamanho do município à sua localização territorial, é evidente que os problemas das desigualdades espaciais ainda persistem na sociedade brasileira. [...]

No caso do analfabetismo de jovens, a situação da Região Nordeste é também preocupante, na medida em que mais de meio milhão (502 124) de pessoas de 15 a 24 anos de idade declararam ao Censo 2010 que não sabiam ler e escrever. Na Região Sul e Sudeste, regiões mais desenvolvidas socioeconomicamente, nos municípios de mesmo porte tais proporções são bem mais baixas. (BRASIL/IBGE, 2011, p. 60).

Quando se direciona o olhar para a questão da relação entre raça e acesso à educação observa-se que os jovens brancos têm mais anos de estudo que os jovens negros, fato que tem contribuído para o desenvolvimento de políticas como, por exemplo, a política de inclusão por cotas raciais nas universidades, com vistas a reduzir a histórica desigualdade racial de milhares de gerações no Brasil. Observe os dados apresentados pelo IBGE.

Ao se analisarem as diferenças entre os grupos de cor ou raça com destaque para a diferença entre brancos e pretos e brancos e pardos [...] tanto pretos (14,4%) quanto pardos (13,0%) mostram um percentual de analfabetos quase três vezes maior do que o dos brancos (5,9%). Pretos estão mais longe do patamar de brancos nos municípios menores, enquanto pardos apresentam uma distância que se distribui de forma monótona, quando se observam as classes de tamanho de município. (BRASIL/IBGE, 2011, p. 53).

O difícil acesso da população negra à educação ao longo da nossa história contribuiu, também, para que a raça negra passasse a desempenhar atividades

profissionais de baixa remuneração, repercutindo severamente no nível de renda das famílias dos jovens da raça negra no momento atual.

Um elemento de análise presente no Relatório da OIT *Trabalho decente e juventude no Brasil* (COSTANZI, 2009) se reporta à posição do jovem como pessoa de referência no domicílio em termos de renda. O fato é que 6,1 milhões de jovens brasileiros de 15 a 24 anos de idade (17,7% do total) eram considerados pessoas de referência do domicílio ou cônjuges dessa pessoa. No momento em que esses jovens passam a ter a responsabilidade financeira da família tendem a deixar o fator escolaridade em segundo plano e, desta maneira, sua inserção de forma qualificada no mercado de trabalho tende a ser cada vez mais postergada, repercutindo na renda familiar, bem como e indiscutivelmente no processo de transição escola-trabalho.

A renda familiar torna-se um importante indicador de análise da realidade da juventude brasileira quando se constata que:

Em 2006, mais da metade da juventude brasileira (56%) era oriunda de domicílios com renda *per capita* de até um salário mínimo e cerca de um quarto (27,6%) de domicílios com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. Diante desse contexto, pode-se dizer que uma das condições fundamentais para a inclusão social da juventude brasileira é o fortalecimento e a ampliação da rede de proteção social dirigida a essas famílias. (COSTANZI, 2009, p. 36).

Diante do exposto, revela-se a repercussão do Programa Bolsa Família para as famílias brasileiras, especialmente para a juventude, pois o fator renda familiar tem forte influência sobre os indicadores de elevação da escolaridade desse grupo da população, bem como sobre o prosseguimento dos estudos e inserção qualificada dos jovens no mercado de trabalho, em particular das mulheres jovens. Dentre as recomendações do Relatório da OIT acentua-se:

É necessário, portanto, articular as políticas educacionais, de emprego e de qualificação com as políticas de saúde reprodutiva e de conciliação entre trabalho e família [...]. É necessário ampliar o acesso à proteção à maternidade e às creches, e a outros equipamentos de apoio ao cuidado infantil. Também se deve considerar a criação de alternativas educacionais para as jovens que trabalham

por necessidade e estão fora da escola ou em defasagem escolar, e que são pessoas de referência do domicílio, de forma a possibilitar uma maior conciliação entre estudo, trabalho e responsabilidades familiares. (COSTANZI, 2009, p. 38).

Pondera-se, reforçando o exposto acima, que existe no Brasil um contingente considerável de jovens com dificuldades financeiras, o que repercute no ingresso e no prosseguimento de seus estudos para uma formação profissional que os habilite a concorrer no mercado de trabalho atual com equidade.

Adentrando na problemática da inserção dos jovens de ambos os sexos no mercado de trabalho brasileiro, identificam-se características de precariedade, desemprego e informalidade atreladas a baixos níveis salariais e de proteção social, configurando uma situação pouco propícia para a oferta de um trabalho decente. Em termos específicos de proteção previdenciária, Rangel et al discorrem que:

Em suma, a cobertura e a proteção previdenciária apresentam resultados notadamente ruins entre os mais jovens. [...] Apesar disso, não há políticas previdenciárias focalizadas nas faixas etárias mais jovens. [...] além dos incentivos econômicos gerais, tais como Simples, microempreendedor individual e PSPPS, poderia haver algum mecanismo de desoneração das contribuições previdenciárias para contratação de mão de obra jovem. Dessa forma, espera-se maior estímulo à contratação de jovens, o que pode reduzir a alta desproteção previdenciária neste grupo (2009, p. 308).

Segundo a OIT (2010b), o desemprego no Brasil, para o período de janeiro a setembro de 2009, chegou a 19,1%, alcançando 28,9% para a faixa etária de 15 a 17 anos e de 18% entre os jovens de 18 a 24 anos. Essa realidade pode ser mais difícil para aqueles jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Tal realidade leva a uma reprodução da pobreza e da exclusão social de milhares de gerações de famílias no País, muitas originárias da zona urbana, de raça negra e que têm a mulher como principal provedor da família. Sobre esse aspecto, o Relatório da OIT é esclarecedor ao indicar que ocorre no País uma reprodução intergeracional do peso do trabalho doméstico no total do trabalho feminino. (OIT, 2010).

A problemática de ingresso marginal se alia à baixa inserção dos jovens no mercado de trabalho, resultando um alto índice de jovens desempregados no País. Esse fenômeno atinge de forma diversa essa geração em termos de sexo, raça ou cor:

A taxa de desemprego de mulheres jovens (23%) era 66% mais elevada do que a dos homens jovens (13,8%). Era de 16,7% para os jovens homens brancos e de 18,7% para os negros (23% para os negros e 18% para os pardos). Na área rural, o desemprego atingia 7,1% dos jovens trabalhadores, taxa que aumentava para 17,5% nas áreas urbanas não metropolitanas e para 24,8% nas áreas urbanas metropolitanas, sendo de 20,1% nas áreas urbanas como um todo. (COSTANZI, 2009, p. 53).

Cabe, ainda, mencionar, no âmbito da inatividade e do gênero, segundo estudo do IPEA (2011, p. 7), que

[...] a grande diferença entre homens e mulheres é que os primeiros colocam como mais importante causa para a inatividade os problemas de saúde, enquanto as últimas colocam como principal motivo os afazeres domésticos. Outra diferença é a importância muito maior dada pelas mulheres para o motivo “não tenho com quem deixar criança/idoso/deficiente” (45%, contra apenas 17% dos homens).

Do exposto, observa-se que a inatividade entre as mulheres é ainda mais acentuada por inúmeros motivos que se pode elencar, mas que tendem a se reduzir por considerar que elas avançam a cada dia no mercado de trabalho e por saber que os eventuais obstáculos históricos já não possuem a mesma face.

Após essa breve explanação sobre a heterogênea realidade da juventude no Brasil apresenta-se as características principais da juventude na Alemanha.

As condições de vida e de trabalho da Juventude na Alemanha

Desde a metade dos anos de 1990 se estabeleceu na Alemanha o termo ‘heterogenidade da juventude’. Nesta época, a maioria dos autores se referia à perspectivas da pesquisa sobre a juventude, apontando para a necessidade de uma visão ampla sobre esta fase, problematizando noções de ‘normalidade’

implícitas nas pesquisas (como por exemplo dramatizações de ‘jovens como problema’). Hoje, esta heterogenidade pode ser entendida também com relação aos diferentes grupos tidos como pertencendo à ‘juventude’, os quais dificilmente podem ser incluídos no modelo de juventude institucionalizado durante o século XX. Neste modelo, juventude é a figura social central do desenvolvimento da sociedade; ela é o ‘*principium medium*’, como escreveu Karl Mannheim. A pesquisa sobre a juventude atual tem apontado para um prolongamento da juventude, e toma como objeto de estudo jovens entre 12 e 27 anos de idade. Essa faixa etária se reflete em diversas definições legais – como por exemplo em políticas de assistência e apoio à juventude, justiça criminal, etc. (cf. HURRELMANN, 2007).

Hoje, na Alemanha, como na maioria dos outros países industrializados, os jovens representam minoria quando se considera a população geral. Com a expectativa de vida prolongada, a estrutura etária na Alemanha apresenta um percentual de pessoas de 65 anos ou mais bem maior do que o de jovens de 15 anos de idade ou menos. Os jovens entre 12 e 27 anos de idade representam apenas 17,1% da população total – comparado com o grupo de 0 a 12 (10,9%) este é o menor grupo da população no país. Juntos, crianças e jovens de 0-27 somam 28% da população total do país. A seguinte tabela mostra a proporção de crianças e jovens na população alemã:

Tabela: Dados estatísticos sobre Crianças e Jovens⁴

Idade até ... anos	Meninos		Meninas		Total	
	Nº absoluto	% da população total	Nº absoluto	% da população total	Nº absoluto	% da população total
Até 3 anos	1.062.228	1,3%	1.007.760	1,2%	2.069.988	2,5%
3-6	1.115.817	1,4%	1.059.358	1,3%	2.175.175	2,6%
6-12	2.432.232	3,0%	2.310.008	2,8%	4.742.240	5,8%
12-18	2.695.145	3,3%	2.559.602	3,1%	5.254.474	6,4%
18-27	4.490.737	5,5%	4.345.208	5,3%	8.835.945	10,7%
Total	11.796.159	14,3%	11.281.936	13,7%	23.078.095	28,0%

Um fator relevante do perfil da juventude na Alemanha se refere ao histórico de migração de muitas crianças e jovens⁵. Em 2009, o Relatório sobre Migração do Ministério Federal do Interior (BMI, 2009) apontou para a seguinte estrutura etária da população na Alemanha: crianças até 6 anos

4 Fonte: 13. Kinder- und Jugendbericht (BMFSFJ, 2009, p. 80).

5 O número exato de pessoas com histórico de migração é difícil de se calcular e depende de quais critérios são utilizados no cálculo. Mais recentemente, o órgão estatístico alemão DESTATIS, inclui questões em seus censos para permitir uma imagem mais acurada desta dimensão. Além da nacionalidade, aspectos como língua materna, língua falada em casa, histórico de migração dos pais ou avós, etc. são critérios usados. De acordo com estimativas atuais, cerca de 15 milhões de pessoas – ou seja quase 19% da população total – tem um histórico de migração.

5,2% alemães, 2,8% estrangeiros; crianças e jovens de 6 a 18 anos 11,5% alemães, 11,3% estrangeiros; jovens até 25 anos 8,1% alemães, 10,3% estrangeiros (BMI, 2009, p. 207). Esses números se referem, porém, somente ao estatuto legal de nacionalidade. Levando-se em conta o grande número de pessoas com nacionalidade alemã, mas com um histórico de migração (seja migração própria ou de sua família), esse número é muito mais elevado, o que aponta para a importância da dimensão ‘migração’ em análises sobre a juventude, educação e trabalho na Alemanha.

Por conseguinte, a evolução das taxas de nascimento, bem como o número de casamentos e divórcios, reflete a atitude da sociedade para com a família e filhos. O declínio da taxa de natalidade e de casamentos tem influência sobre o número de membros de um agregado familiar médio. Famílias com mais de cinco membros são extremamente raras na Alemanha atual, enquanto a tendência de pessoas vivendo sozinhas aumenta cada vez mais (especialmente nas grandes cidades). As estatísticas de nascimento mais recentes mostram um pequeno aumento de 1,37 para 1,39 filhos por mulher (DESTATIS, 2011a). Este esboço caracteriza a contínua transformação das estruturas familiares e suas acomodações com condições pós-modernas de vida. Evoluem novos padrões para além das formas tradicionais de família. Atualmente, quase 16% das crianças são criadas em famílias monoparentais (principalmente mães solteiras), 4% mais do que dez anos atrás.

A maioria dos jovens na Alemanha vive com seus pais. Isto se aplica à quase todos os jovens de 12 a 15 anos de idade e quase à metade dos de 17 a 29 anos de idade. A principal razão para a mudança para uma casa própria na juventude é a idade dos jovens; a taxa de jovens que vivem com seus pais declina exponencialmente depois dos 17 anos. Depois de deixar a casa de seus pais os jovens normalmente vivem por conta própria ou em parceria com ou sem filhos (GILLE et al., 2006).

O risco de pobreza entre crianças e jovens na Alemanha depende de várias dimensões – o Relatório sobre Infância e Juventude do governo federal alemão (7. Kinder- und Jugendbericht, BMFSFJ, 1986) definiu, em consonância com a UNICEF, pobreza ao longo de seis dimensões: situação material, saúde e segurança, educação, família e ambiente, comportamento e riscos, bem como bem-estar subjetivo. A falta de ‘possibilidades de participação na sociedade’, de acordo com a definição de pobreza entre crianças e jovens, está estreitamente ligada à situação material e participação de seus pais no mercado de trabalho. Filhos de pais com empregos integrais (ao menos um dos pais) estão menos propensos ao risco de pobreza (de 4% a 8% comparado

com 48% para filhos de pais sem trabalho integral). Embora na Alemanha, comparado com outros países europeus, a taxa de pobreza entre crianças e jovens seja uma das menores, encontram-se indícios de que esses grupos se encontram em maior risco de pobreza do que o restante da população.

De acordo com o Dossiê sobre Pobreza do governo federal alemão, em 2006 muitos jovens entre 15 e 18 anos de idade vivem em situação de pobreza: 14,6% das crianças com menos de seis anos, 16,4% das crianças e jovens entre seis e quinze anos, e 23,9% dos jovens entre quinze e dezoito (cf. BMFSFJ, 2008, p. 13). Com relação ao de risco de pobreza, o coeficiente é bem mais alto para crianças de famílias com histórico de migração:

Tabela: Coeficiente de Risco de pobreza entre Crianças e Jovens de acordo com idade e nacionalidade, % 2007⁶

	Crianças e Jovens alemães	Crianças e Jovens com histórico de migração
Até 6 anos	13,4	24,3
Entre 6 e 15 anos	13,6	30,3
Entre 15 e 18 anos	15,5	30,1

Para um entendimento da situação de jovens na Alemanha se faz necessário descrever, muito brevemente, o sistema de ensino no país, pois esse é um elemento central da realidade da juventude. O sistema de ensino alemão difere de acordo com o estado. A seguinte descrição se orienta em aspectos gerais. No ensino básico geral, existe a escola primária, *Grundschule*, com duração de quatro anos (alguns estados seis anos), ao final dos quais os alunos são selecionados de acordo com seus níveis de desempenho; em geral a escola (com maior ou menor obrigatoriedade de acordo como o estado) sugere aos pais sobre o tipo mais apropriado de escola secundária para seu filho. Existem quatro tipos de escola secundária⁷: a *Hauptschule*, com duração de cinco a seis anos, os alunos recebem uma formação geral básica que os qualifica para uma formação profissionalizante ou para sua inserção direta no mercado de trabalho. Essa é a escola com menor prestígio social e que oferece menores chances aos concludentes no mercado de trabalho. A *Realschule*, com duração de seis anos, os alunos são habilitados a frequentar cursos mais adiantados em escolas profissionalizantes, escolas secundárias vocacionais ou o segundo ciclo do ginásio. O *Gymnasium*, que dura oito ou nove anos conforme o estado, oferece uma formação geral mais profunda. O certificado de conclusão, Abitur (semelhante ao vestibular no

6 Fonte: BMFSFJ, 2008, p. 19.

7 Existe também a *Sonderschule*, a qual inclui crianças e jovens com necessidades especiais. Para uma visão geral do sistema de ensino alemão veja: <https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/index.php/Germany:Overview>

Brasil), habilita para o acesso a uma universidade ou escola superior. Alguns estados introduziram também a *Gesamtschule*, que integra os três tipos acima descritos com respectivas durações. O sistema de ensino alemão é muito pouco permeável. Em teoria, existe a possibilidade de transferência para uma escola de tipo diferente da escolhida originalmente durante a 5^a e 6^a séries. Estudos mostram, porém, que a mobilidade em geral é para baixo (SCHÜMER/TILLMANN/WEIß, 2002).

No ensino profissionalizante, o sistema de formação profissional dual é típico da Alemanha, isto é, os cursos de formação são realizados paralelamente em uma escola profissional e em empresa de treinamento. Pré-requisito para uma formação profissional no sistema dual é um contrato de formação profissional com uma empresa (*Ausbildungsvertrag*). A parte prática do treinamento é fornecida aos estagiários nas empresas, as escolas profissionais assumem a parte teórica. O sistema de ensino profissionalizante tem um caráter altamente competitivo, em especial o mercado de contratos de treinamento, pois os alunos tem que se candidatar individualmente nas empresas.

Em resumo, as características centrais do sistema de ensino alemão contam, portanto, com alto grau de estratificação, principalmente no nível secundário, com seleção bem precoce e alocação para diferentes tipos de escola com diferentes níveis de aptidões, de prestígio social e de perspectivas educativas e laborais. O alto grau de competição no mercado de treinamento profissional também coloca os jovens frente à difíceis barreiras na transição escola-trabalho.

No que se trata da participação de crianças e jovens no sistema de educação, não há uma grande diferença na quota de alemães e de crianças e jovens com histórico de migração. Como indicador pode ser usada a quota de participação de jovens no final do ensino compulsório (geral e profissional): para os alemães entre 16 e 20 anos esse número é de 90,3%, para aqueles com histórico de migração é de 88,4% (ver: AUTORENGRUPPE BILDUNGSBERICHTERSTATTUNG, 2010, p. 35). Porém, quando se analisa a participação de crianças e jovens com histórico de migração de acordo com os diversos tipos de escola secundária, é visível a disparidade. Para alguns grupos, como por exemplo, jovens de nacionalidade turca, a participação na *Hauptschule* (tipo de escola com menor nível de prestígio social e com menores possibilidades de transição para níveis mais elevados, p. ex. universidade) é quase três vezes maior que de alemães; já a participação destes no *Gymnasium* (escola que dá acesso à universidade e escolas superiores) é, em contrapartida, quase três vezes menor, como mostra a seguinte tabela:

Tabela: Participação de Crianças e Jovens com Histórico de Migração de acordo com os Diversos Tipos de Escola⁸

Grupos	% de jovens de 15 anos de acordo com tipo de escola, ano 2000			
	Hauptschule	Realschule	Gesamtschule	Gymnasium
Alemães	16,6	38,6	11,6	33,2
com Histórico de Migração	31,8	29,7	14,0	24,6
Turcos	48,3	22,1	17,0	12,5

O Relatório sobre Educação na Alemanha de 2006, o qual trouxe análises focadas no fator migração, mostra também que com relação à formação profissional, jovens com histórico de migração tem menores chances que os demais para conseguir um contrato de formação com uma empresa de formação. De fato, com o mesmo nível de desempenho geral a chance de jovens alemães de obter uma qualificação completa em uma escola profissionalizante/empresa de formação é mais que duas vezes maior que para aqueles com histórico de migração; sem controle de desempenho individual, esta é cinco vezes maior (KONSORTIUM BILDUNGSBERICHTERSTATTUNG, 2006, p. 156).

Em comparação com outros países, tradicionalmente a situação do mercado de trabalho dos jovens na Alemanha não se difere muito da situação do emprego em geral. Devido à cobertura do sistema dual, a estatística sobre a atividade e emprego dos jovens com menos de 25 anos na Alemanha não é confiável, pois os aprendizes são registrados como estudantes e como funcionários (porque têm um contrato de formação com sua empresa de treinamento). Em 2009, o número absoluto de contratos de treinamento caiu para 566.004 – em 2008 esse número era 616.342, uma queda de 8,2% (50.338), tornando ainda mais difícil para os jovens encontrar uma formação profissional (BMBF/BIBB, 2010, p. 11).

Nos últimos anos, no entanto, o desemprego e a precariedade afetaram mais a população jovem do que os grupos de idade mais avançada, por isso a situação dos jovens no mercado de trabalho reflete fatores específicos da idade, da economia e da flexibilização do mercado laboral. Os dados do EUROSTAT (2011a) mostram a seguinte configuração: em 2007, a taxa de desemprego de jovens na Alemanha era de 12% entre jovens de 15 a 24 anos e de 9,6% entre jovens de 25 a 29 anos (EUROSTAT, 2011a, p. 112).

⁸ Fonte: KONSORTIUM BILDUNGSBERICHTERSTATTUNG, 2006, p. 152.

Esta configuração muda bastante quando se observa o nível de escolaridade, como mostra a tabela abaixo com as taxas percentuais para a Alemanha e para a média europeia de 27 países:

Tabela: Taxa de desemprego entre jovens de acordo com nível de escolaridade, % 2007⁹

	Jovens entre 15-24		Jovens entre 25-29	
	DE	EU-27	DE	EU-27
		12,0	15,5	9,6
Nível de escolaridade baixo	16,0	20,1	29,9	15,2
Nível de escolaridade médio	8,6	13,5	8,1	8,2
Nível de escolaridade alto	-	10,7	3,8	6,3

Na Alemanha, a seletividade do sistema de ensino, o alto nível de estratificação e normalização do sistema educacional e de formação bem como de emprego são refletidas nas disparidades na taxa de atividade e emprego de acordo com o nível educacional. A tabela abaixo mostra a taxa de atividade entre pessoas entre 25 e 29 anos de idade de acordo com nível de escolaridade na Alemanha e a média da União Européia. Vê-se aqui uma correlação positiva entre gênero e nível de escolaridade para as mulheres.

Tabela: Taxa de desemprego entre jovens de acordo com nível de escolaridade, % 2007¹⁰

	Total		Homens		Mulheres	
	Alemanha	Europa 27	Alemanha	Europa 27	Alemanha	Europa 27
Nível de escolaridade baixo	67,7	74,2	46,4	57,9	88,5	87,2
Nível de escolaridade médio	81,6	81,9	79,9	47,7	83,3	88,3
Nível de escolaridade alto	92,3	89,3	90,0	87,5	95,3	91,8

Um aspecto que tem se tornado cada vez mais importante tem sido o aumento dos jovens em estágios ou como ‘trainee’ ou em esquemas pré-profissionalizantes sem certificados de conclusão – a chamada “geração estágio”¹¹, evoluindo em todos os níveis de ensino. Aqui importa diferenciar os estágios como elementos integrantes da educação (de curta duração no

9 Fonte: Eurostat (2011a): Youth in Europe. A Statistical Portrait. Brüssels: Eurostat, p. 112

10 Fonte: Eurostat (2011a): Youth in Europe. A Statistical Portrait. Brüssels: Eurostat, p. 106

11 Esta expressão foi usada do Matthias Stolz em um artigo no jornal semanal ‘Die Zeit’ em 2005, o qual se referia a uma mudança na função de estágios. Estágios, que antes serviam para que os jovens ganhassem experiência em seus respectivos futuros campos de trabalho, vinham agora sendo usados como fonte de mão de obra barata e precarizada. Ver: STOLZ, 2005.

ensino secundário, voltado para a orientação profissional; e mais longos na educação superior, voltados para a experiência prática) e as opções de segunda escolha para os jovens que não conseguem entrar na formação profissional logo após a conclusão da escola, ou em um emprego depois do ensino superior. Nestes casos, os estágios servem aos empregadores, que empregam mão-de-obra barata com períodos de experiência, antes de empregar jovens como funcionários fixos, contribuindo assim para a flexibilização e a precarização do mercado de trabalho (BMAS, 2008).

Entende-se que a educação é uma das principais variáveis para definir as chances individuais de integração social e garantir as condições financeiras mínimas do cidadão. Como os jovens de baixa renda e/ou migrantes são mais susceptíveis à reprovação ou abandono escolar, eles também são mais vulneráveis em termos de reprodução social. Como a pobreza é um problema multidimensional, crianças e jovens em situação de risco social têm redes sociais menos estáveis.

O grupo de jovens com histórico de migração é um dos mais afetados pela segmentação da educação e do mercado de trabalho; estes estão em desvantagem socioeconômica, apresentam problemas de saúde, bem como em muitos casos, uma situação irregular de permanência no país. Para alguns deles, os problemas ampliam-se devido à falta de competências linguísticas, ao passo que muitos deles experimentam situações de discriminação, especialmente em escolas e no mercado de trabalho. (GOMOLLA; RADTKE, 2009).

Esta breve caracterização das condições de vida da juventude no país possibilita uma análise atual e relevante sobre a transição escola-trabalho vivenciada pelos jovens no Brasil e na Alemanha, tema que será apresentado a seguir.

A transição Escola-Trabalho no Brasil e Alemanha: considerações finais

O contexto social em transformação apresentado acima, além de representar um grande desafio em termos estruturais, como por exemplo, rápidas mudanças de requerimentos sociais e de trabalho, clima laboral inseguro, alto risco de pobreza para muitos jovens, etc. – traz implicações importantes para a visão que a sociedade tem do jovem e, conseqüentemente, para os modelos de políticas educacionais e de trabalho.

Para uma juventude construída socialmente, a mobilização dos recursos e das potencialidades que o jovem possui irá depender sobremaneira das

alternativas abertas a ele, seja por sua inserção social, seja pelas posições que ocupam ou pelos caminhos oferecidos/negados em sua trajetória. Apesar de vivermos uma cultura que enaltece os ideais de juventude, as políticas formuladas para os jovens ainda são precárias no que diz respeito a proporcionar a eles seu real lugar de sujeito de direito.

Os dados apresentados ao longo deste artigo, embora representem apenas parte da conjuntura de fragilidade social em que se inserem os jovens, dão mostra de que mesmo que a lei lhes garanta o status de sujeito de direito, os jovens ainda amargam certa invisibilidade social, que fica clara quando constatamos a debilidade das políticas públicas dirigidas a essa faixa etária da população no Brasil e na Alemanha. Para o adolescente da classe média e alta, esse período talvez represente menos risco social, haja vista a teia de proteção forjada pelas instituições (família, escola) as quais está ligado. O jovem das classes menos abastadas sofre com as condições adversas do meio, além de sentir a pressão pela busca da independência financeira.

Na Alemanha, apesar da presença de uma gama de políticas voltadas para a juventude, constata-se também uma grande vulnerabilidade da juventude, em especial os jovens das camadas sociais mais abastadas e com histórico de migração. A visão sobre o jovem na sociedade alemã é, muitas vezes, a de deficiência. Visão que nem leva em conta a cultura da juventude, nem o impacto de problemas estruturais no mundo da escola e do trabalho. Discussões sobre a falta de interesse dos jovens e de incapacidade de serem treinados profissionalmente¹², não são raras e tem dominado o discurso público nos últimos anos. De certa maneira, prepondera uma visão do jovem como capital humano, a qual se reflete nas políticas públicas para a juventude alemã.

Refletindo sobre a realidade do jovem na sociedade brasileira, Gonzales (2009) destaca que para analisar o momento de inserção dos jovens no mercado de trabalho, deve-se considerar a heterogeneidade de experiências de escolarização e trabalho vividas pelos jovens no Brasil, considerando entre outros aspectos, a desigualdade de acesso à educação e a tradicional divisão sexual do trabalho em nosso país.

Dessa forma, entende-se que o Brasil precisa priorizar políticas públicas que objetivem reduzir a desigualdade educacional que atinge predominantemente crianças e adolescentes pobres, melhorando a qualidade do ensino e ampliando as oportunidades de formação profissional e inserção laboral desse segmento social, contribuindo para a não perpetuação do ciclo geracional de pobreza no país, mesmo que tenhamos a compreensão de que o país avançou em termos de elevação da escolaridade de sua população, porém ela ainda não pode ser considerada elevada, se comparada aos padrões internacionais.

12 Os termos ‘mangelnde Ausbildungsfähigkeit’ ou ‘fehlende Ausbildungsreife’ – falta de ‘treinabilidade’ – referem-se à suposta falta de interesse, disciplina, resiliência, além de deficiências graves em matérias básicas escolares como língua alemã e matemática.

Em termos de educação para jovens e adultos, voltada para jovens que não completaram o ensino fundamental na idade certa, o governo brasileiro desenvolve, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado, que é destinado à alfabetização não apenas de jovens e adultos, mas também de idosos. Segundo o Censo Demográfico 2010: “O Programa é desenvolvido em todo o Território Nacional, voltado prioritariamente para 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%.” (BRASIL/IBGE, 2011, p. 63). Todavia, o referido Censo informa também que: “Ao verificar se nos municípios com taxas de analfabetismo elevadas havia oferta de Educação de Jovens e Adultos, constata-se que não há escolas com esta modalidade de ensino em vários municípios, segundo dados do Censo Escolar 2010 realizado pelo INEP (CENSO..., 2010)”. (Idem, p. 64).

Adentrando no tema do direito da criança e do adolescente à profissionalização e à proteção no trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA¹³ assevera que:

Art. 60 - É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

Art. 61 - A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62 - Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63 - A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

A aprendizagem profissional tem se constituído em instrumento para estimular a inserção social e profissional de jovens que vivem em situação de pobreza no Brasil. Essa aprendizagem é estabelecida pela Lei n.º 10.097/2000¹⁴, regulamentada pelo Decreto n.º 5.598/2005¹⁵, que estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos e portadores de necessidades especiais sem limite máximo de idade.

13 Para maiores informações, veja: BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no. 8.069/1990)*. Brasília: CONANDA, 2004.

14 BRASIL. *LEI Nº 10.097* – de 19 de dezembro de 2000 - DOU DE 20/12/2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <<http://www81.data-prev.gov.br/sislex/paginas/42/2000/10097.htm>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

15 BRASIL. *Decreto No. 5.598* – de 1º. De dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm> Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

Desde 2004, outros programas são implementados no Brasil com vistas ao desenvolvimento de uma política pública de juventude. Ao longo de sua trajetória, a Política Nacional de Juventude foi redesenhada, chegando-se a uma proposta de integração de programas emergenciais de transferência de renda voltados para os jovens já existentes. Segundo Silva; Andrade (2009, p. 57), os principais elementos que contribuíram para a revisão da Política foram:

[...] a sobreposição de ações e programas governamentais em uma mesma localidade e dirigidos para um mesmo tipo de público-alvo resulta em ações conflitivas e concorrentes, além de desperdícios de capitais humano, físico e financeiro, podendo mesmo haver sobreposição de benefícios para um mesmo indivíduo.

Finalmente, importa destacar a atual política de expansão da educação profissional e tecnológica desenvolvida pelo governo brasileiro através da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da Rede Estadual de Educação Profissional, esta ocorrendo através do Programa Brasil Profissionalizado. A proposta de expansão, interiorização e democratização da oferta e acesso a cursos de educação profissional e tecnológica visa suprir as demandas que se apresentam à população jovem brasileira em termos de qualificação técnico-profissional. Tal perspectiva está presente também no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) criado em 2011, o qual é composto por subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. A proposta deste programa é ofertar oito milhões de vagas nos próximos quatro anos.

Seria prematura uma avaliação do impacto de tais programas e projetos para o processo de transição escola-emprego do jovem brasileiro, todavia, não podemos deixar de destacar a preocupação em termos do planejamento dessas ações de formação profissional, considerando a escolaridade do público alvo e o contexto socioeconômico em que estes estão inseridos, com vistas a responder aos objetivos e metas dos ditos programas e projetos, dentro os quais se pode destacar as estratégias de inserção dos jovens no mercado de trabalho decente.

No que se refere à transição escola-emprego na Alemanha duas políticas atuais podem ser destacadas, as quais são centrais para o ‘sistema de transição’ (Übergangssystem) e tem dominado a fase de transição escola-emprego na Alemanha. As políticas aqui mencionadas podem também ilustrar como a visão da juventude na sociedade e o quadro teórico do capital humano tem moldado políticas para a juventude no país. *Orientação*

vocacional são programas voltados para jovens em ‘situação de desvantagem’ (em geral alunos da Hauptschule), oferecidos em paralelo aos programas de orientação feitos nas escolas secundárias. Estágios em empresas tem um papel muito importante nesses esquemas, pois muitas empresas tem uma grande reserva em contratar alunos saindo da Hauptschule por causa das supostas deficiências dos mesmos – cognitivas, sociais, motivacionais, etc. Depois de um estágio, as chances dos alunos da Hauptschule serem contratados crescem consideravelmente. O foco central do programa é ajudar os jovens a tomarem decisões ‘realistas’ sobre a escolha de uma profissão; um efeito negativo deste tipo de orientação é que em geral isso significa baixar as aspirações dos jovens.

A segunda política é a *Educação Pré-vocacional*, um esquema de educação compensatória sem certificado de conclusão. Alunos da Hauptschule e da Realschule que não seguem no sistema de ensino, nem conseguem um contrato de treinamento com uma empresa de forma regular, são obrigados a se matricular em um dos programas oferecidos. Este curso combina componentes de educação geral e formação profissional básica e oferece a oportunidade de recuperar o atraso ou melhorar o certificado de ensino obrigatório, por ex. da Hauptschule para a Realschule. Apesar de seu caráter compensatório positivo para alguns jovens, em geral esses esquemas se tornaram uma ‘linha de espera’ para muitos. Aqueles que não conseguem entrar num treinamento regular na sequência (60-80%!) são oferecidos cursos pré-profissionais financiados pela agência de emprego do Estado e executados por entidades privadas com ou sem fins lucrativos. Este segmento é conhecido como assistência profissional à juventude (Jugendberufshilfe) ou trabalho sócio-educativo (Jugendsozialarbeit) e consiste de orientação, estágios, bem como de componentes de educação e de formação. As taxas de êxito, em termos de ingresso em um treinamento ou trabalho, são ainda muito baixas, cerca de 20-30%.

Em conclusão, importa destacar a necessidade de políticas públicas para a juventude serem orientadas não somente nos requerimentos, relevâncias e desafios sociais e econômicos do mundo da escola e do trabalho, mas, de forma tão importante quanto, nas condições dos jovens de superar esses desafios e dar conta dos crescentes requerimentos que lhes são endereçados (ver STAUBER/POHL/WALTER, 2007). Entende-se que é a partir daí que se pode iniciar uma discussão das competências e de formas de suporte necessário para o êxito de programas políticos, aumentando assim as chances de sucesso de grande parte da juventude, hoje ainda sem condições e chances reais de participação como membros plenos em suas comunidades.

Artigo
Recebido: 20/10/2012
Aprovado: 20/11/2012

Keywords: youth, education, work, Brazil, Germany.

ABSTRACT: The current context of education, jobs and employment -in particular the possibilities of employment of German and Brazilian young population - results from a set of changes in the world of work, which came along with scientific-technological advances and a new ideological-political world design, transmitted by a discourse on the society and the knowledge-based economy. This fact triggered a global sociopolitical and economic framework substitute for the golden years (1940-1960). Unemployment and precarious work would compose the new reality of the global productive structure, in addition to the low dynamism of production and strong sway in the level of global economic activity. At this juncture, world unemployment rates of youths show to be more sensitive than adults' rates. This contributes to the understanding that the integration of young people into the labor market becomes a challenge and a central element to nations. It is from the understanding of this reality that this article presents an analysis of the current conditions of youths in the transition school-job in Brazil and in Germany, by identifying the main components of this process.

Referências

ANDRADE, F. R. B; SANTOS, G. P. G. Os jovens e as políticas de trabalho no Brasil. Revista Panorâmica Multidisciplinar, Cuiabá, n. 8, 2007.

AUTORENGRUPPE BILDUNGSBERICHTERSTATTUNG. Bildung in Deutschland. Ein indikatorengestützter Bericht mit einer Analyse zu Perspektiven des Bildungswesens im demografischen Wandel. 2010. Disponível em: <http://www.bildungsbericht.de/index.html?seite=8400> Acesso em: [10. 11. 2011].

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. In: Educação & Sociedade, v. 26, Número Especial, Cortez; Campinas, 2005.

BECK, Ulrich. Risk Society: Towards a New Modernity. London: Sage. 1992.

BMAS. Lebenslagen in Deutschland. Der 3. Armuts- und Reichtumsbericht der Bundesregierung. Berlin: BMAS. 2008.

BMBF/BIBB. Datenreport zum Berufsbildungsbericht. Bonn: BMBF/BIBB. 2010.

BMFSFJ. Dreizehnter Kinder- und Jugendbericht. Bericht über die Lebenssituation junger Menschen und die Leistungen der Kinder- und Jugendhilfe in Deutschland. Berlin: BMFSFJ. 2009.

BMFSFJ. Siebenter Kinder- und Jugendbericht. Bericht über die Lebenssituation junger Menschen und die Leistungen der Kinder- und Jugendhilfe in Deutschland. Berlin: BMFSFJ. 1986.

BMFSFJ. Dossier Armutsrisiken von Kindern und Jugendlichen in Deutschland. 2008. Disponível em: <http://www.bmfsfj.de/BMFSFJ/Service/Publikationen/publikationen,did=110946.html> Acesso em: [10. 11. 2011].

BMI (Bundesministerium des Innern). Migrationsbericht des Bundesamtes für Migration und Flüchtlinge im Auftrag der Bundesregierung. Migrationsbericht 2009. Disponível em: http://www.bamf.de/SharedDocs/Anlagen/DE/Publikationen/Migrationsberichte/migrationsbericht-2009.pdf?__blob=publicationFile Acesso em: [22. 01. 2012].

BRASIL. Lei N. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Fortaleza, CE, 2005.

BRASIL/IBGE. Indicadores Sociais Municipais. Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro:IBGE, 2011.

CASTRO, M.; CORREA, L. Cultivando vida; desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: Unesco, 2005.

COSTANZI, R. N. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

DESTATIS. Durchschnittliche Kinderzahl je Frau. 2011a. Disponível em: <http://www.destatis.de/jetspeed/portal/cms/Sites/destatis/Internet/DE/Content/Statistiken/Bevoelkerung/GeburtenSterbefaelle/Tabellen/Content50/GeburtenZiffer;templateId=renderPrint.psm> Acesso em: [10. 11. 2011].

ENGELS, Dietrich; LEUCHT, Martina; MACHALOWSKI, Gerhard. Evaluation des freiwilligen sozialen Jahres und des freiwilligen ökologischen Jahres. Wiesbaden: VS Verlag, 2008.

EUROSTAT. Youth in Europe. A Statistical Portrait. 2011a. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-78-09-920/EN/KS-78-09-920-EN.PDF Acesso em: [22. 11. 2011].

GILLE, Martina et al. Jugendliche und junge Erwachsene in Deutschland. Lebensverhältnisse, Werte und gesellschaftliche Beteiligung 12- bis 29-Jähriger. Wiesbaden: VS Verlag, 2006.

GOMOLLA, Mechthild; RADTKE, Frank-Olaf. Institutionelle Diskriminierung. Die Herstellung ethnischer Differenz in der Schule. Wiesbaden: VS Verlag. 2009

GONZALES, Roberto. Políticas de Emprego para Jovens: Entrar no Mercado de Trabalho é a Saída? In: CASTRO, J.; AQUINO, L. (Orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília : Ipea, 2009.

GUGLIANO, Alfredo A. Nas costas da globalização: as perspectivas dos países periféricos frente às transformações internacionais. In: Ferreira, M. O.; Gugliano, A. A. (orgs.). Fragmentos da Globalização na Educação: uma perspectiva comparada. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HEINZ, Walter R. Work and the Life Course: a cosmopolitan-local perspective. In: Marshall, V.W.; Heinz, W.R.; Krüger, H. & Verma, A. (eds.): Restructuring Work and the Life Course, Toronto: University of Toronto Press, 2001. pp. 3-23.

HEINZ, Walter R. (org.). The life course reader: individuals and societies across time. Frankfurt/Main: Campus. 2009.

HURRELMANN, Klaus. Lebensphase Jugend. Eine Einführung in die sozialwissenschaftliche Jugendforschung. 9a. Edição. Weinheim/München: Juventa. 2007.

HURRELMANN, Achim/LEIBFRIED, Stephan/MARTENS, Kerstin/MAYER, Peter (orgs.). Zerfasert der Nationalstaat? Die Internationalisierung politischer Verantwortung. Frankfurt/M.: Campus. 2008.

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social: SIPS. [S.l.], 2011.

KOHLI, Martin. Die Institutionalisierung des Lebenslaufs. Historische Befunde und theoretische Argumente, in: Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, 37(1), 1985, pp.1-29.

KONSORTIUM BILDUNGSBERICHTERSTATTUNG. Bildung in Deutschland. Ein indikatorengestützter Bericht mit einer Analyse zu Bildung und Migration, 2006. Disponível em: <http://www.bildungsbericht.de/daten/gesamtbericht.pdf> Acesso em: [10. 11. 2011].

LEIBFRIED, Stephan/ZÜRN, Michael (orgs.). Transformationen des Staates? Frankfurt/M.: Suhrkamp. 2006.

MAU, Steffen. Transnationale Vergesellschaftung. Die Entgrenzung sozialer Lebenswelten. Frankfurt/New York: Campus. 2007.

OIT. Relatório tendências mundiais para a juventude 2010. Bruxelas, 2010.

_____. Trabajo decente y juventud en América Latina. [S.l.], 2010b.

OIT. Tendências Globais do Emprego para a Juventude. Agosto de 2011. <http://www.unric.org/pt/actualidade/30405-os-niveis-recorde-do-desemprego-mundial-deverao-persistir-em-2011> acesso em 25 de outubro de 2011.

POCHMANN, Márcio et al. (orgs.). Atlas da Exclusão Social no Brasil. v. 2, São Paulo: Cortez, 2003.

RANGEL, Leonardo Alves et. al. Aspectos Previdenciários da Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho nas últimas duas Décadas. In: CASTRO, J.; AQUINO, L. (orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília : Ipea, 2009.

SCHÜMER, Gundel/TILLMANN, Klaus-Jürgen/WEIß, Manfred: Institutionelle und soziale Bedingungen schulischen Lernens. In: Baumert, J. et al. (orgs.): PISA 2000 – Die Länder der Bundesrepublik Deutschland im Vergleich. Opladen 2002. pp. 203-218.

SILVA, Enid E ANDRADE, C. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades . In: CASTRO, J.; AQUINO, L. (Orgs). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009.

STAUBER, Barbara; WALTHER, Andreas. De-standardised pathways to adulthood in Europe: informal learning in informal networks, in: Papers: Revista de Sociologia. no. 79, Barcelona 2006. pp. 241-262.

STAUBER, Barbara; POHL, Axel; WALTHER, Andreas. Subjektorientierte Übergangsforschung. Rekonstruktion und Unterstützung biografischer Übergänge junger Erwachsener. Weinheim/München: Juventa, 2007.

STOLZ, Matthias. Generation Praktikum. Früher sollten Praktikanten bloß Erfahrungen für ihr künftiges Berufsleben sammeln. Heute werden sie als billige Arbeitskräfte eingesetzt. 2005. Disponível em: http://pdf.zeit.de/2005/14/Titel_2fPraktikant_14.pdf Acesso em: [22.11.11].

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WALTHER, Andreas. Regimes der Unterstützung im Lebenslauf. Ein Beitrag zum sozialpädagogischen Vergleich. Opladen: Barbara Budrich. 2011.